



Ciclo de Conferências

## **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** **CIRCUITOS CURTOS NA PENÍNSULA DE SETÚBAL**

Caminhos para o desenvolvimento e empregabilidade

Enquanto sistema agrícola alternativo, dependente de fertilizantes de origem orgânica, a agricultura biológica tem-se constituído como um importante contributo, por um lado, para a promoção integrada da sustentabilidade e da valorização da produção agrícola local e, por outro, como um garante da promoção da saúde e bem-estar e da segurança alimentar.

A Agricultura Biológica permite, portanto, revitalizar os meios e a economia local e restituir ao agricultor a dignidade e reconhecimento enquanto defensor da paisagem, dos ecossistemas agrícolas e primeiro garante da saúde humana (Agrobio, 2018).

É nesta linha que se tem assistido a um aumento da procura de alimentos resultantes da agricultura biológica pelos consumidores europeus em geral e, pelos portugueses, em particular, tendência que virá certamente acentuar-se, nos próximos anos, tal como vem referido no Relatório Human Health Implications of Organic Food and Organic Agriculture (2016), no âmbito de uma investigação dinamizada pelo Centro de Serviços de Investigação do Parlamento Europeu.

Ao nível dos produtos biológicos, Portugal importou no período de 2014 a 2016, 49% das frutas e hortícolas e 43% dos cereais e leguminosas, em modo de produção biológico (DGADR). A Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica procura contrariar esta tendência, pelo reforço do trabalho de base local e regional, despertando a consciência dos consumidores e atuando junto da produção local nacional, criando condições para fazer face à concorrência e a fatores que dão vantagem a atores externos.

Esta Conferência tem quatro objetivos principais: em primeiro lugar, refletir e analisar como as partes interessadas e os formuladores de políticas podem trabalhar em conjunto para melhorar a sustentabilidade deste modelo biológico alimentar, aumentando e melhorando a sua resiliência, nos próximos anos, faces aos desafios ambientais e socioeconómicos (neste ponto poder-se-ão desenvolver estratégias relacionadas com a certificação de produtos locais, criando/ desenvolvendo/ promovendo, por exemplo, circuitos turísticos temáticos, consumo de produtos biológicos em organizações públicas, selos de qualidade local, entre outros).

Em segundo lugar, refletir sobre a necessidade de desenvolvimento de estratégias em torno dos circuitos curtos de distribuição, tendo em conta as características privilegiadas do território da Península de Setúbal.

Em terceiro lugar, refletir e proporcionar soluções direcionadas para a consciencialização do interesse dos consumidores não informados, das vantagens do consumo de produtos de origem biológica (de acordo com a Confederação Geral das Cooperativas Agrícolas da União Europeia, se existem consumidores que não compram produtos biológicos devido aos preços praticados, existem outros consumidores que não os compram, nem consomem, porque não estão informados dos seus benefícios e vantagens).

Finalmente, criar pontes e sinergias específicas, para os empreendedores da Península de Setúbal, que já estão no circuito da produção biológica local, mas que enfrentam dificuldades no escoamento da sua produção e, em última instância, na sustentabilidade económica do seu negócio e na promoção do emprego local.

Fomentar estratégias de desenvolvimento económico sustentável e de reforço e proteção do emprego na Península de Setúbal são objetivos centrais do Eixo III – Desenvolvimento Económico e Empregabilidade, do Plano de Desenvolvimento Social, da Plataformas Supraconcelhia da Península de Setúbal. Perspetivam-se, ainda, importantes ganhos em outros domínios como o ambiente, a saúde, o desenvolvimento social, a agricultura sustentável, entre outros, numa lógica de governação integrada. Esta matéria assume transversalidade nos Eixos de atuação, desde a discussão de fornecimento às Escolas, promoção de alimentação saudável, equilíbrio, bem-estar e saúde, até às questões ligadas ao combate à pobreza e à inclusão social ou, mesmo, às dinâmicas ligadas à Escola Inclusiva.

O debate e ação de todos e todas, Parceiros/as na Plataforma Supraconcelhia, é muito relevante e imprescindível para a prossecução desta iniciativa, sendo importante que cada um/a saiba avaliar o contributo das diversas áreas para as matérias em causa e que devem integrar a agenda comum.